

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.196.108 AMAPÁ

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S) : JORGE CUNHA NUNES
ADV.(A/S) : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: O presente recurso extraordinário **foi interposto** contra acórdão que, **confirmado** em sede de embargos de declaração pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Pará e do Amapá, **está assim ementado:**

“SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-MORADIA. POLICIAL MILITAR. EX-TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. MAJORAÇÃO. DECRETOS EMITIDOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. DESCABIMENTO. PREVISÃO LEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Insurge-se a parte autora em face de sentença que julgou improcedente o pedido de reajuste da parcela percebida a título de auxílio-moradia, cuja base legal reside na Lei nº 10.486/2002.

2. A Lei nº 10.486/2002, em seu art. 2º, prevê os direitos pecuniários em acréscimo à remuneração a que têm direito os policiais militares do Distrito Federal. É certo que tais vantagens estendem-se aos policiais do ex-território do Amapá, conforme previsto no art. 65 da referida lei, corroborado pelo art. 31 da EC nº 19/1998, alterada pela EC. Nº 79/2014.1 3. Entretanto, no caso do auxílio-moradia, previsto no art. 2º, I, f, seus valores foram especificados na tabela III do anexo IV (art. 3º, XIV da Lei nº 10.486/2002), sendo incabível sua majoração aos policiais militares do ex-território Federal do Amapá através de Decreto do Governo do Distrito Federal.

4. Destarte, para majoração do auxílio-moradia recebido pelos policiais militares do Amapá, necessária a produção de lei em sentido formal, eis que os valores foram fixados na própria lei nº 10.486/2002 em seu anexo IV.

5. Recurso desprovido. Recorrente vencido condenado ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em R\$-200,00 (duzentos reais), conforme disposto no art. 20, Parágrafo 4º do CPC

RE 1196108 / AP

de 1973 – vigente à época do ajuizamento da demanda e aplicável à condenação de honorários advocatícios – nos termos de entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça (Resp 1.111.157/PB e Resp 532.853/SC).”

A parte ora recorrente, **ao deduzir** o apelo extremo em questão, **sustentou** que o órgão judiciário de origem **teria transgredido** preceitos inscritos na Constituição da República.

Sendo esse o contexto, passo a examinar a postulação recursal em causa. **E, ao fazê-lo, observo** que o recurso extraordinário revela-se **insuscetível** de conhecimento.

É que **a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal *tem enfatizado*, a propósito da questão pertinente à *transgressão constitucional indireta*, que, *em regra*, **as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, da motivação** dos atos decisórios, *do contraditório, do devido processo legal, dos limites* da coisa julgada e *da prestação jurisdicional* **podem configurar**, *quando muito*, situações caracterizadoras *de ofensa meramente reflexa* ao texto da Constituição, *hipóteses em que também não se revelará admissível* o recurso extraordinário (**AI 165.054/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 174.473/MG**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 182.811/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 188.762-AgR/PR**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **AI 587.873-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU – **AI 610.626-AgR/RJ**, Rel. Min. CEZAR PELUSO – **AI 618.795-AgR/RS**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – **AI 687.304-AgR/PR**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **AI 701.567-AgR/SP**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **AI 748.884-AgR/SP**, Rel. Min. LUIZ FUX – **AI 832.987-AgR/DF**, Rel. Min. ELLEN GRACIE – **RE 236.333/DF**, Red. p/ o acórdão Min. NELSON JOBIM – **RE 599.512-AgR/SC**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, *v.g.*).

Cabe assinalar, *ainda*, a propósito da alegada violação ao art. 5º, inciso LIV, da Constituição, **que a orientação jurisprudencial** emanada desta Suprema Corte, **firmada** na análise desse particular

RE 1196108 / AP

aspecto no qual se fundamenta o recurso extraordinário em causa, **tem salientado**, *considerado o princípio do devido processo legal* (neste compreendida a cláusula inerente à plenitude de defesa), *que a suposta ofensa* ao texto constitucional, **caso existente, apresentar-se-ia por via reflexa**, eis que a sua constatação reclamaria – *para que se configurasse* – a formulação de *juízo prévio de legalidade*, fundado na vulneração e infringência de dispositivos *de ordem meramente legal*.

Dá revelar-se inteiramente ajustável, ao caso ora em exame, o entendimento jurisprudencial desta Corte Suprema, no sentido de que “O devido processo legal – CF, art. 5º, LV – *exerce-se de conformidade com a lei*” (AI 192.995-AgR/PE, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei), **razão pela qual** a alegação de desrespeito à cláusula do devido processo legal, **por traduzir** transgressão “*indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais*” (AI 215.885-AgR/SP, Rel. Min. MOREIRA ALVES – AI 414.167/RS, Rel. Min. CEZAR PELUSO – RE 257.533-AgR/RS, Rel. Min. CARLOS VELLOSO), **não autoriza o acesso à via recursal extraordinária:**

“DUE PROCESS OF LAW’ E PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

– A garantia do devido processo legal *exerce-se em conformidade com o que dispõe a lei, de tal modo que eventual desvio do ato decisório configurará, quando muito, situação tipificadora de conflito de mera legalidade, apto a desautorizar a utilização do recurso extraordinário. Precedentes.*”

(RTJ 189/336-337, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“– Alegação de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LV: *se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal.*”

(AI 427.186-AgR/DF, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei)

RE 1196108 / AP

“Inviável o processamento do extraordinário para debater matéria infraconstitucional, sob o argumento de violação ao disposto nos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição.

Agravo regimental improvido.”

(AI 447.774-AgR/CE, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

Nem se alegue, neste ponto, que a suposta transgressão ao ordenamento legal – derivada da interpretação que lhe deu o órgão judiciário de origem – teria importado em desrespeito ao princípio constitucional da legalidade.

Não se pode desconsiderar, quanto a tal postulado, **a orientação** firmada pelo Supremo Tribunal Federal, cuja jurisprudência vem proclamando, *a propósito desse tema*, que o procedimento hermenêutico do Tribunal inferior – **quando examina** o quadro normativo positivado pelo Estado **e dele extrai** a interpretação dos diversos diplomas legais que o compõem, para, **em razão** da inteligência e do sentido exegético que lhes der, obter os elementos necessários à exata composição da lide – **não transgride**, *diretamente*, o princípio da legalidade (**AI 161.396-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **AI 192.995-AgR/PE**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 307.711/PA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

É por essa razão – *ausência* de conflito *imediato* com o texto da Constituição – **que a jurisprudência** desta Corte vem **ênfatizando** que *“A boa ou má interpretação de norma infraconstitucional não enseja o recurso extraordinário, sob color de ofensa ao princípio da legalidade (CF, art. 5º, II)”* (**RTJ 144/962**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – grifei):

“A alegação de ofensa ao princípio da legalidade, inscrito no art. 5º, II, da Constituição da República, não autoriza, só por si, o acesso à via recursal extraordinária, pelo fato de tal alegação tornar

RE 1196108 / AP

*indispensável, para efeito de sua constatação, o exame **prévio** do ordenamento positivo **de caráter infraconstitucional**, dando ensejo, em tal situação, à possibilidade de reconhecimento de hipótese de mera **transgressão indireta** ao texto da Carta Política. **Precedentes.**"*

(RTJ 189/336-337, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

*"E é pacífica a jurisprudência do S.T.F., **no sentido de não admitir, em R.E., alegação** de ofensa indireta à Constituição Federal, **por má interpretação** de normas infraconstitucionais, **como as trabalhistas e processuais (...).**"*

(AI 153.310-AgR/RS, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – grifei)

Não foi por outro motivo que o eminente Ministro MOREIRA ALVES, Relator, **ao apreciar** o tema pertinente ao postulado da legalidade, **em conexão** com o emprego do recurso extraordinário, **assim se pronunciou:**

*"A **alegação de ofensa ao artigo 5º, II, da Constituição, por implicar o exame prévio da legislação infraconstitucional, é alegação de infringência indireta ou reflexa** à Carta Magna, **não dando margem, assim, ao cabimento do recurso extraordinário.**"*

(AI 339.607/MG, Rel. Min. MOREIRA ALVES – grifei)

Cumpre acentuar, por relevante, que essa orientação **acha-se presentemente sumulada** por esta Corte, **como resulta claro da Súmula 636** do Supremo Tribunal Federal, **cuja formulação** possui o seguinte conteúdo:

*"**Não cabe** recurso extraordinário **por contrariedade** ao princípio constitucional **da legalidade**, quando a sua verificação pressuponha **rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.**" **(grifei)***

RE 1196108 / AP

Desse modo, considerados os aspectos que venho de referir, **o fato** é que a postulação recursal, *no ponto*, **encontra obstáculo** de ordem técnica na jurisprudência **firmada** pelo Supremo Tribunal Federal, **consoante resulta claro** de decisão, que, **emanada** desta Corte, **reflete**, *com absoluta fidelidade*, **o entendimento jurisprudencial prevalecente** no âmbito do Tribunal:

“Inviável o processamento do extraordinário para debater matéria infraconstitucional, sob o argumento de violação ao disposto nos artigos 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV e 93, IX da Constituição.”

Agravo regimental improvido.”

(AI 437.201-AgR/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE – grifei)

Impõe-se observar, *ainda*, quanto às demais alegações, que a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, *apresentar-se-ia por via reflexa*, **eis que** a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (RTJ 120/912, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – RTJ 132/455, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário.

Com efeito, o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária, **ao decidir** a controvérsia jurídica objeto deste processo, **dirimiu** a questão **com fundamento** *em legislação infraconstitucional* (Lei nº 10.486/2002), **circunstância esta que obsta o próprio conhecimento do apelo extremo**.

Cabe assinalar, *por necessário*, **que o entendimento** exposto na **presente decisão tem sido observado** em julgamentos proferidos no âmbito desta Suprema Corte (RE 1.074.365/AP, Rel. Min. LUIZ FUX – RE 1.074.369/AP, Rel. Min. GILMAR MENDES – RE 1.074.376/AP,

RE 1196108 / AP

Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES – **RE 1.074.575/AP** Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **RE 1.134.807/AP** Rel. Min. DIAS TOFFOLI, *v.g.*):

“Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Agravo de instrumento manifestamente improcedente: recurso extraordinário que apenas discute a interpretação e a aplicação das leis 3.765/60 e 10.486/2002. 3. Ofensa reflexa: impossibilidade de análise de legislação infraconstitucional pelo STF. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(AI 754.286-AgR/DE Rel. Min. GILMAR MENDES)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **não conheço** do recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (**CPC**, art. 932, III).

Majoro, ainda, **em 10%** (dez por cento), **nos termos** do art. 85, § 11, do CPC, a verba honorária anteriormente arbitrada nestes autos, **observados** os limites estabelecidos **nos §§ 2º e 3º** desse mesmo art. 85 do referido estatuto processual civil e **considerada a orientação que culminou por prevalecer** no Plenário desta Suprema Corte no julgamento da **AO 2.063-AgR/CE**, Red. p/ o acórdão Min. LUIZ FUX.

Se a parte vencida, eventualmente, **for beneficiária** da gratuidade, **não se exonerará ela**, em virtude de tal condição, da **responsabilidade** pelas despesas processuais e pela verba honorária decorrentes de sua sucumbência (**CPC**, art. 98, § 2º), **ressalvando-se-lhe**, no entanto, **quanto a tais encargos financeiros**, a aplicabilidade do que se contém **no § 3º** do art. 98 desse mesmo estatuto processual civil.

Publique-se.

Brasília, 15 de abril de 2019.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator